



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13689 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

ACESSO E PERMANÊNCIA DE JOVENS TRABALHADORES À UNIVERSIDADE PÚBLICA NA AMAZÔNIA PARAENSE

João Batista do Carmo Silva - UFPA - Universidade Federal do Pará

Benilda Miranda Veloso Silva - FAE - Faculdade de Educação da UFMG

ACESSO E PERMANÊNCIA DE JOVENS TRABALHADORES À UNIVERSIDADE PÚBLICA NA AMAZÔNIA PARAENSE

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as políticas públicas de acesso e permanência na UFPA. Metodologicamente, fundamenta-se na Abordagem Qualitativa, do tipo Estudo de Caso, utilizando a aplicação de questionário semiestruturado para levantamento de dados e análise de conteúdo para problematizar os dados. As políticas públicas compõem o principal instrumento de efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, fundamentais para a democratização do acesso e à ampliação das condições de permanência no ensino superior, principalmente, para os estudantes pertencentes a segmentos mais pobres da sociedade, que historicamente estiveram excluídos desse nível de ensino no Brasil. Os resultados demonstram que as universidades brasileiras, em geral, e a UFPA especificamente, apesar da falta de financiamento e do embate ideológico que têm enfrentado no período de 2019 a 2022, contra governos autoritários e antidemocráticos, buscam combater sua origem predominantemente elitista, mantendo-se como referência no que tange à qualidade de ensino, de pesquisa e de prestação de serviços à sociedade. Conclui-se que as políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior implementadas no período investigado, mesmo com esforço de instituições como a UFPA, são insuficientes frente à grande demanda da sociedade no tocante à democratização do acesso e à inclusão social.

Palavras-chave: Trabalho e educação. Universidade e trabalho. Educação superior. Acesso e permanência.

INTRODUÇÃO

Este artigo origina-se de uma investigação que possui como tema central a universidade pública, com enfoque nas políticas públicas de acesso e permanência. Diante disso, tem como objetivo geral analisar as políticas públicas de acesso e permanência do Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS/Cametá) da Universidade Federal do Pará (UFPA), o qual atende jovens oriundos de escolas públicas e discentes do curso de pedagogia dos anos de 2019 e 2022.

No contexto da conjuntura brasileira do Governo Bolsonaro, a extrema direita assume o Governo Federal, promovendo ataques à universidade pública e à ciência, realizando cortes de verbas e, principalmente, desrespeitando a autonomia universitária. Essa postura reforçou o caráter elitista subjacente à concepção de universidade, dificultando ainda mais o acesso e a permanência dos jovens trabalhadores na universidade.

No que tange ao referencial teórico, este baseia-se em autores como: Cunha (1989; 2007; 2014), Severino (2008), Cavalcante (2000), Martins (2002), Sampaio (1991), Lima (2019), entre outros, a fim de construir a base teórico-conceitual em relação às seguintes categorias: universidade pública, educação superior, acesso e permanência e desigualdade social.

METODOLOGIA

Esta pesquisa realizou-se no Município de Cametá, no estado do Pará, tendo como locus de investigação o CUNTINS/Cametá, um dos Campi do interior da UFPA. Como objeto de estudo, apresentam-se as políticas públicas de acesso e permanência na universidade pública. Como sujeitos da pesquisa, dispõem-se os egressos de escolas públicas e discentes do curso de Pedagogia da UFPA/CUNTINS – Cametá, dos anos de 2019 e 2022. Realizou-se, desse modo, um recorte referente ao curso de pedagogia, de forma que, nos anos referenciados, esse curso teve a maior demanda de candidatos inscritos nos processos seletivos para o Campus de Cametá, em comparação aos demais cursos ofertados. Assim, em 2019, inscreveram-se 693 candidatos ao curso de pedagogia, enquanto, no ano de 2022, inscreveram-se 421.

Esta pesquisa fundamentou-se na abordagem qualitativa, o que segundo Cunha (1995), propõe o aprofundamento na complexidade dos fatos sociais, nas suas relações e interdependências. Ou seja, procura estudar os fenômenos educacionais e seus atores, dentro do contexto social e histórico em que acontecem e vivem, recuperando o cotidiano como campo de expressão humana.

Quanto à tipologia da pesquisa, trata-se de um Estudo de Caso, uma vez que o objetivo deste estudo é analisar as políticas públicas de acesso e permanência de uma instituição em particular, concomitante a um público-alvo específico, que é o Campus de Cametá da UFPA.

Para Chizzotti (2010), é uma estratégia de pesquisa na qual o caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. Tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação. Assim, esta pesquisa analisa um caso de uma referência significativa, ou seja, um caso particular, o que leva à compreensão crítica do todo.

Assim sendo, adotou-se como técnica de coleta de dados a aplicação de questionário semiestruturado com todos os sujeitos da pesquisa, considerando-se, consoante com Marconi e Lakatos (2003), que em média os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução. No caso específico desta pesquisa, alcançou-se uma devolução total de 33%.

A análise dos dados foi desenvolvida com base na análise de conteúdo, que é um procedimento de pesquisa, conforme demonstra Franco (2008), que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem, como ponto de partida, a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Para conhecimento das características dos sujeitos desta pesquisa, faz-se necessário buscar uma melhor visibilidade do seu perfil socioeconômico. Dessa forma, enfatiza-se que os discentes do curso de pedagogia da UFPA/CUNTINS – Cametá, referente aos anos de 2019 e 2022, são oriundos de várias realidades, com histórias diversas e condições socioeconômicas quase comuns.

A partir dos dados obtidos, observa-se que a faixa etária dos discentes fica entre 18 e 46 anos de idade. No entanto, 86% são jovens entre 18 e 24 anos. Ou seja, a maioria desses jovens se encontram dentro da meta do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), especificamente a Meta 12, que objetiva elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população nessa faixa etária, assegurada a qualidade da oferta e expansão no segmento público (BRASIL, 2014). Entretanto, a nível nacional, de acordo com o Censo da Educação Superior (2020), da população brasileira de 18 a 24 anos de idade, no ano de 2019, apenas 24,7% estavam matriculados no ensino superior; em 2022, apenas 25,0%. Isso significa que ainda não se atingiu a taxa líquida, que é um indicador do acesso ao sistema educacional, por aqueles que se encontram na idade prevista para cursá-lo.

Em relação ao sexo e/ou gênero da maioria dos discentes, o equivalente a 79% é do sexo feminino, e somente 21% do sexo masculino. Hoje, mesmo com a crescente busca por parte dos homens, o curso de pedagogia ainda se mantém, majoritariamente, frequentado por estudantes do sexo feminino. Tais dados são bastante significativos, considerando-se os primórdios da educação superior brasileira, que por muito tempo excluiu as mulheres dos direitos à educação. Contudo, depois de muitas lutas, estas conseguiram ingressar nas escolas e nas instituições de ensino superior. De acordo com o Censo da Educação Superior (2020),

em relação ao número de estudantes matriculados a nível de graduação, o sexo feminino predomina em ambas as modalidades de ensino, presencial e a distância. Especificamente nos cursos de licenciatura, cerca de 72,2% das matrículas correspondem a este sexo, enquanto apenas 27,8% são do sexo masculino. Em relação a cor ou raça, a maioria dos discentes são negros, se autodeclararam de cor parda e preta.

Observa-se, também, que a maioria dos discentes, o correspondente a 86%, não trabalha. Desse montante, apenas 14% estão inseridos no mercado de trabalho, isto é, não desenvolve nenhum tipo de trabalho remunerado; 7% trabalham apenas meio período, e 7% trabalham período integral. No tocante à renda pessoal mensal, a maioria dos discentes não possui nenhum tipo de renda (61%). Diante desses dados, compreende-se que a maioria desses sujeitos possuem condições socioeconômicas de baixa renda. Isso, geralmente, tem impacto direto na continuidade dos estudos. Nesse sentido, é fundamental que se desenvolvam estratégias para uma efetiva democratização da educação superior, que inclua a ampliação do acesso e políticas que possibilitem a permanência desses estudantes na universidade.

Outro dado importante refere-se à origem escolar dos estudantes, pois 96% são oriundos de escolas públicas. Ou seja, do total de 28 (vinte e oito) discentes que responderam ao questionário, 27 (vinte e sete) realizaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, sendo apenas 1 (um) discente em escola privada. A maioria dessas escolas públicas são jurisdicionadas pela 2ª Unidade Regional de Educação (URE/Cametá), que é a representação da Secretaria de Estado de Educação na região do Baixo Tocantins, tendo por responsabilidade promover a nomeação e lotação dos servidores, a formação pedagógica e o suporte para as comunidades docentes. Abrange, além do município de Cametá, onde está localizada, mais 4 (quatro) municípios da região: Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará.

Assim, o correspondente a 82% dos discentes realizou o ensino médio nas escolas do município de Cametá, e os demais (18%) nos municípios de Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e também em uma escola fora da jurisdição da 2ª URE, localizada no município de Igarapé-Miri. Diante disso, ressalta-se a importância desta instituição para a região do Baixo Tocantins, visto que, conforme ocorrem melhorias nas escolas públicas de ensino médio, ocorre também uma ampliação dos jovens que concluem a educação básica e tornam-se aptos para ingressar na universidade pública.

Esses dados revelam o caráter elitista da educação no contexto do capitalismo, derivado da luta de classe entre capital e trabalho (SNYDERS, 2005, FRIGOTTO, 2011), no processo de restrição dos jovens trabalhadores aos níveis mais elevados da formação científica, profissional e política (SEVERINO, 2007), oriundos das camadas mais empobrecidas da sociedade brasileira

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais políticas públicas desenvolvidas para atender os discentes, como por exemplo a Política de Cotas (Lei nº. 12.711/2012), que visa à inclusão e ao reconhecimento da diversidade desses sujeitos, geram possibilidades de acesso desses jovens à universidade. Por outro lado, o PNAES, que engloba o PROAIS, sendo que este se materializa através dos eixos de Assistência Estudantil e Integração Estudantil, são importantes para garantir a permanência desses alunos. Assim, a UFPA vem buscando manter a ampliação do acesso e da permanência com qualidade para os seus discentes, mesmo no contexto de adversidade do cenário nacional, os quais, em sua maioria, caracterizam-se como jovens da classe trabalhadora, sujeitos social e economicamente vulneráveis, incluindo-se nessa categoria os discentes do curso de pedagogia dos anos de 2019 e 2022. Diante disso, compreende-se que existe um elevado número de jovens da classe trabalhadora da região do Baixo Tocantins que ainda não conseguiu ingressar na Universidade, apesar dos esforços que as universidades públicas vêm implementando às políticas públicas de acesso e permanência, e de enfrentamento às contradições do projeto neoliberal de educação implementado pelo Governo Bolsonaro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE. Lei nº 13.005/2014. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> Acesso em: 30 mar. 2021.

CAVALCANTE, J. F. *Educação Superior: conceitos, definições e classificações*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. 54 p.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Divulgação dos principais resultados do censo da educação superior 2010*. Brasília, DF: INEP/MEC, 2011. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_c Acesso em: 30 mar. 2021.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Notas estatísticas 2019*. Brasília, DF: INEP/MEC, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estati Acesso em: 30 mar. 2021.

CUNHA, M. I. A Pesquisa Qualitativa e a Didática. In: OLIVEIRA, M. R. N. S. (org.). *Didática: Ruptura, Compromisso e Pesquisa*. São Paulo, Papyrus Editora, 1995.

CUNHA, L. A. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo, Unesp, 2007. 305 p.

CUNHA, L. A. *Qual universidade?* São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. 87 p.

CUNHA, L. A. O legado da ditadura para a educação brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200002>. Acesso em: 30 mar. 2021.

FRANCO, M. L. P. B. *Análise de Conteúdo*. 3. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2008. 80 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. / 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011- (Coleção Estudos Culturais em Educação)

GADOTTI, M.; STANGHERLIM, R. A universidade na perspectiva da educação popular. In: SANTOS, J. F. M.; ROMÃO, J. E. (org.). *Universidade popular: teorias, práticas e perspectivas*. Brasília, DF: Liber Livro, 2013. p. 19-49.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil/Pará/Cametá*. S.I. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/panorama> Acesso em: 30 mar. 2021.

LIMA, K. Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano 29, Edição Especial América Latina, p. 8-39, out. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 312 p.

MARTINS, A. C. P. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, São Paulo, v.17 (Suplemento 3), p. 4-6, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SAMPAIO, H. *Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior - USP, 1991. 30 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, A. J. O Ensino Superior Brasileiro: novas configurações e velhos desafios. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 31, p. 73–89, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602008000100006>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SNYDERS, GEORGES. *Escola, classe e luta de classes*. São Paulo: Editora Centauro. 2005.